

As duas exigências básicas

AGÊNCIA ESTADO E SERVIÇO LOCAL

A plena normalização do relacionamento do Brasil com o sistema financeiro internacional depende apenas da disposição dos credores de cumprir duas exigências básicas do governo brasileiro: a primeira, a de se comprometerem a refinarciar um mínimo de US\$ 10 bilhões dos juros devidos pelo País relativos aos exercícios de 1987 e 1988; a segunda, a de se comprometerem a fornecer dinheiro novo, para os próximos três anos, na forma de novos empréstimos e financiamentos.

Estas duas exigências básicas sintetizam o atual estágio das negociações da dívida externa brasileira, segundo informações prestadas ontem no Palácio do Planalto, e são os

dois pontos fundamentais pelos quais a missão brasileira "está se batendo".

Apesar das resistências encontradas, a expectativa do governo brasileiro é de que os banqueiros acabem cedendo. Em troca desses dois pontos, o Brasil se compromete a realizar um pagamento simbólico aos seus credores, através de um depósito junto ao BIS (Banco Internacional de Compensações), abrindo caminho, deste modo, para o fim da moratória e a retomada do fluxo normal do pagamento dos juros.

Segundo se informa no Palácio do Planalto, o governo brasileiro tem deixado muito claro que não pretende prolongar indefinidamente a situação atual de moratória. O que o governo quer é a normalização plena

da situação, com a volta do País ao sistema financeiro internacional. Isto vai depender em muito do grau de boa vontade que vier a ser demonstrado pelos banqueiros.

É preciso deixar claro o conceito de "dinheiro novo", segundo os informantes. Para os banqueiros no Exterior, "dinheiro novo", nada mais é que a simples rolagem de dívidas vencidas. O governo brasileiro, contudo, costuma distinguir bem os dois conceitos: a rolagem é, na verdade, um refinanciamento, enquanto o "dinheiro novo" consiste na concessão de novos financiamentos e empréstimos, sem qualquer vínculo com a dívida vencida. E o governo pleiteia junto aos bancos as duas coisas: refinanciamento de parte dos juros, e dinheiro novo mesmo.

Em São Paulo, o ministro Bres-

ser Pereira reforçou essa posição, ao afirmar que os banqueiros internacionais credores do Brasil só dispõem de duas saídas: ou concordam em renegociar a dívida e isso implicará a liberação de novos recursos ou não renegociam e os pagamentos continuarão suspensos, porque o Brasil não tem como pagar. Esse quadro ele traçou numa reunião reservada com líderes do setor financeiro pouco antes de participar do almoço de posse da nova diretoria da Associação das Empresas Distribuidoras de Valores (Adeval), presidida por Ney Castro Alves. O ministro reconheceu que essa situação é quase um impasse para os banqueiros que não querem correr o risco de perder o principal e não sabem como convencer seus acionistas a emprestar mais dinheiro para um país inadimplente.